

A CULTURA OPERÁRIA EM BELÉM DO PARÁ NOS "ANOS VERMELHOS" (1917-1920)

DOI: 10.29327/210932.10.2-6

Marcos Lucas Abreu Braga
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Amazonas - Brasil
marcoslucasab@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9341-192X>

RESUMO: Com base na análise de fontes históricas da imprensa operária publicada em Belém entre os anos de 1917 a 1920, o presente artigo procura fazer um levantamento – não exaustivo, mas o mais amplo possível – das atividades culturais (entendidas como práticas artísticas e intelectuais) levadas a cabo pelos trabalhadores da capital amazônica nesse período. Atividades que incluem a publicação de periódicos; a leitura, escrita e circulação de livros de romance social; a organização de bibliotecas pelos sindicatos; a escrita, encenação e preparação de peças teatrais pelos grupos militantes; e a confecção, publicação e leitura de poesias e canções. A partir da perspectiva teórica do materialismo cultural de Raymond Williams, essas atividades culturais são interpretadas, ao mesmo tempo, como derivadas e produtoras da consciência de classe. Por fim, se fez uma reflexão sobre as relações dessa produção cultural dos grupos militantes e dirigentes com a “cultura popular” mais abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura operária. Movimento operário. História Social do Trabalho.

THE WORKING CULTURE IN BELÉM DO PARÁ IN THE "RED YEARS" (1917-1920)

ABSTRACT: Based on the analysis of historical sources of the workers' press published in Belém between the years 1917 to 1920, this article seeks to make a survey – not exhaustive, but as broad as possible – of the cultural activities (understood as artistic and intellectual practices) carried out by the workers of the Amazonian capital in this period. Activities that include the publication of periodicals; the reading, writing and circulation of social romance books; the organization of libraries by the unions; the writing, staging and preparation of plays by militant groups; and the making, publishing and reading of poetry and songs. From the theoretical perspective of cultural materialism of Raymond Williams, these cultural activities are interpreted as both derivative and producer of class consciousness. Finally, a reflection was made on the relations of this cultural production of groups and militants and leaders and the broader “popular culture”.

KEYWORDS: Working culture. Labor movement. Social History of Work.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com seus 236.402 habitantes, Belém era, em 1920, segundo o recenseamento demográfico daquele ano, a quinta maior cidade brasileira. Naquele momento, a cidade possuía poucas fábricas grandes – que empregassem mais de 500 operários – mas uma ampla gama de pequenas unidades produtivas (manufaturas e oficinas artesanais), onde labutavam trabalhadores especializados, denominados de artífices ou artistas, como marceneiros, alfaiates, tipógrafos, carpinteiros, ferreiros, dentre outros ofícios. Como um entreposto comercial e portuário, a maioria de seus trabalhadores era empregada nas atividades da estiva, do transporte marítimo e fluvial ou como caixeiros no comércio local. O setor da construção civil também era um dos que mais empregavam. A maioria dos membros das classes subalternas, no entanto, não possuía ocupação fixa, trabalhando intermitentemente em trabalhos informais.

Apesar dessas diferenças – não apenas ocupacionais, como também as de origem étnicas e nacionais, já que ao lado dos nacionais havia um leque de imigrantes estrangeiros, sobretudo portugueses e espanhóis –, todos os trabalhadores belenenses foram, em menor ou maior grau, afetados pela crise econômica que a cidade enfrentava naquele momento, iniciada com a queda do preço da borracha, até então disparadamente o principal produto de exportação da região amazônica, em 1911, e intensificada com o advento da Grande Guerra, em 1914. Compartilharam, portanto, as experiências do desemprego, da carestia dos gêneros mais básicos, da deterioração dos salários e das condições de trabalho, da falta saneamento, da precariedade dos serviços urbanos e das habitações (SANTOS, 1980, p. 260-280; WEINSTEIN, 1993, p. 241-294).

Portanto, talvez não seja por acaso que a classe trabalhadora em Belém – que já tinha experiência de organização em associações mutualistas e do empreendimento de greves desde a segunda metade do século XIX (FONTES, 2002; SALLES, 1992; 2001) – vivenciou na década de 1910, especialmente em seus anos finais, um momento até então nunca visto de organização. Entre 1917 e 1920, ocorreu uma série de greves bastante significativa, que mobilizou milhares de operários e chegou a balançar a ordem estabelecida da capital amazônica, incluindo as entabuladas pelos motorneiros e condutores da *Pará Elêtric*, no primeiro semestre de 1917, as greves gerais de outubro e novembro de 1918 (OLIVEIRA, 2013) e a de maio de 1919. Dezenas de sindicatos se formaram e funcionaram regularmente ao longo desse período, realizando assembleias regulares que podiam contar com centenas de participantes, e diversos jornais operários circularam de mão em mão entre o operariado ao longo daqueles anos.

Na verdade, essa agitação se insere em um contexto mundial, compreendido entre esses anos, iniciado pela Revolução Russa e que afetou diversos países, desde as revoluções alemãs, passando pelo estabelecimento de uma efêmera república socialista húngara, uma série de greves e ocupações de fábricas na Itália, conhecidas como *biennio rosso* (biênio vermelho), manifestações de camponeses e estudantes na Espanha (conhecidos como “triênio bolchevique”), dentre outras expressões da China à Argentina (HOBS-

BAWM, 1995, 71-77). César Augusto Bubolz Queirós estudou essa mesma conjuntura em Porto Alegre e a qualificou como “anos vermelhos”, termo emprestado no presente trabalho, e asseverou que essa foi “uma época de particular importância para os estudos relativos ao mundo do trabalho e (...) ao universo do movimento sindical e operário, em função do ciclo de agitações sociais que percorreu o país pelos eventos já mencionados que se desencadeavam no cenário externo” (QUEIRÓS, 2016, p. 35).

Além das manifestações tradicionalmente associadas ao movimento operário – greves e associações classistas (sindicatos ou sociedades mutualistas) –, os trabalhadores da cidade das mangueiras também empreenderam uma série de atividades no âmbito cultural, marcadas por um sentido de classe, o que não chega a surpreender, pois, como amplamente demonstrado por Edward P. Thompson, a classe é uma formação tanto cultural quanto econômica (THOMPSON, 1987). Tais atividades dos trabalhadores belenenses são precisamente o tema central do presente artigo.

Conforme exposto por Raymond Williams, o termo *Cultura* é polissêmico. Dentre os dois principais sentidos utilizados, apontados por Williams, o antropológico e sociológico definem cultura como “todo um modo de vida”, e o mais especializado e comum como as “atividades artísticas e intelectuais” (WILLIAMS, 1992, p. 13). Aqui será utilizado o segundo sentido exposto pelo autor, mais precisamente as atividades levadas a cabo pelos trabalhadores belenenses como a publicação e circulação de jornais, a encenação de peças teatrais, a publicação e leitura de poesias, a circulação de livros de caráter sociológico ou literário ligados às ideias socialistas de diversas matizes e a organização de bibliotecas pelos sindicatos.

Isso se deve não apenas pelas limitações espaciais – um artigo de poucas páginas não daria conta de explicar todo um modo de vida – como também pelo caráter das fontes utilizadas, que tornam as segundas atividades mais visíveis, embora se tenha consciência de que esta é uma abordagem parcial e que essas manifestações artísticas e intelectuais foram apenas uma pequena parcela de todo o modo de vida do operariado paraense. Mas ao mesmo tempo elas permitem um pequeno vislumbre dele, pois, ainda segundo Williams, “(...) a arte é parte do modo de vida, e o artista individual tem, anterior e interiormente, uma parcela importante de experiência social sem a qual ele não pode nem começar” (WILLIAMS *Apud* CEVASCO, 2001, p. 67).

IMPRESA OPERÁRIA: PÁGINAS DA HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA

Alguns dos principais artefatos culturais dessa cultura militante foram os jornais da imprensa operária. No estado do Pará, desde a última década do século XIX, veio a lume uma imprensa produzida por ou destinada aos trabalhadores locais, com o surgimento de vários títulos no início do novecentos (SALLES, 1992; HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 309). Na conjuntura em tela, foi publicada quase uma dúzia de títulos que, em um levantamento parcial, incluem o *Artística Paraense* (1917), o *Onze de Janeiro* (1918), o *Jornal do Povo* (1918-1919), *A Revolta* (1919-1920), *O Semeador* (1919-1920), *A Voz do Tra-*

balhador (1920), além do *Boletim da Federação Marítima*, que foi publicado no interior do diário *Estado do Pará*, e alguns que não foram encontrados exemplares, mas que se pode tomar conhecimento por meio de pequenas notas e anúncios em outros jornais, como *O Cosmopolita*¹ e o *Correio Marítimo*².

Essa produção jornalística teve, em geral, uma trajetória efêmera: nenhum deles ultrapassou os cem números publicados ou os dois anos de tiragem regular e ininterrupta.³ Sua periodicidade era, via de regra, semanal (casos de *O Semeador*, *A Voz do Trabalhador* e o *Jornal do Povo*) ou quinzenal (como *A Revolta* e *O Cosmopolita*), com exceção das edições únicas em comemoração ao aniversário de alguma entidade classista ou de outra data simbólica (como o *Artística Paraense*, em homenagem ao aniversário da *Sociedade Beneficente Artística Paraense*, ou o *Onze de Janeiro*, em comemoração ao quarto aniversário da UGT); isso se deve, em grande medida, à falta de recursos materiais (tinta, papel, máquinas que tirassem uma quantidade maior de cópias em um tempo menor) e à falta de tempo de seus redatores, que compartilhavam suas atividades redacionais com as longas jornadas laborais e as demais atividades no interior do movimento operário – como a direção sindical, a organização de greves, a preparação de palestras e conferências, dentre outras –, o que acabava por dificultar uma periodicidade menos espaçada.

Em seus aspectos estéticos e formais, esses jornais tinham *layouts* simples, com poucas imagens. Quase todos tiveram o formato de quatro páginas com quatro colunas cada. Havia, como Maria de Nazareth Ferreira notou em jornais operários do Rio de Janeiro e de São Paulo no mesmo período, “(...) do ponto de vista da diagramação, uma nítida preocupação em ocupar todo o espaço” (FERREIRA, 1978, p. 105). Talvez essa característica se articulasse com a própria periodicidade deles: ao contrário dos periódicos comerciais da grande imprensa, de “consumo” diário e efêmero, os densos jornais operários deviam ser lidos aos poucos, ao longo da semana ou da quinzena.

As tiragens desses jornais foram modestas, pelo menos se comparadas com as das grandes folhas diárias do mesmo período (como o *Estado do Pará*, a *Folha do Norte* ou a *Província do Pará*), que imprimiam na casa dos milhares. Os redatores do *A Revolta* expuseram por meio de suas páginas alguns balancetes de suas vendas, conforme exposto na Tabela I.

Tabela I: Venda dos números de *A Revolta*

Número do jornal	Quantidade de exemplares vendidos
n.º 1	367
n.º 2	325

1 Publicado no município de Bragança, pelo *Centro Cosmopolita Bragantino*, no final de 1919, foi anunciado pelos seus congêneres contemporâneos: “O Cosmopolita”. *A Revolta*, Belém. n.º 8, 25 de outubro de 1919, p. 3; “O Cosmopolita”. *O Semeador*, Belém. n.º 21, 13 de outubro de 1919, p. 2.

2 Órgão da Sociedade Beneficente dos Marinheiros da Amazônia, foi anunciado mais de uma vez pelo diário *Estado do Pará*: “Boletim Federação Marítima do Pará”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3270, 27 abr. 1920, p. 5. “Várias notícias”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 3378, 13 de agosto de 1920, p. 4.

3 Um caso *sui generis* foi o *Boletim da Federação Marítima*, publicado no interior do diário comercial *Estado do Pará*. Seu primeiro número foi publicado em 11 de outubro de 1918, na edição número 2708 do diário, e perdeu por mais de 600 números, pelo menos até a edição 3258 do de 15 de abril de 1920, se configurando, dessa forma, como um dos periódicos operários – se se puder considerá-lo assim – mais longevos e o de maior tiragem desse contexto.

n.º 3	319
n.º 4	231
n.º 5	277
n.º 6	239

Fonte: Organizado pelo autor com base no jornal *A Revolta*, n.ºs 02, 04, 05, 06, 07 e 08, publicados entre 9 de agosto e 4 de outubro de 1919.

Essas cifras, no entanto, são imprecisas, já que o *Grupo Aurora Libertária*, responsável pela publicação do jornal, sempre anunciava em suas prestações de contas que os exemplares não vendidos de cada número eram distribuídos gratuitamente. A quantidade de exemplares impressos era, portanto, sempre maior do que a indicada como a de vendidos.

Os redatores do *O Semeador* também fizeram esporadicamente prestações de contas, de forma mais detalhada, indicando os números vendidos de forma avulsa, que custavam \$200 réis, ou por assinatura, conforme sistematizado na Tabela II:

Tabela II: Vendagem de *O Semeador*

Número do jornal	Unidades vendidas a \$140	Unidades vendidas a \$160	Unidades vendidas a \$200	Total de unidades vendidas
05	90	63	199	352
06	12		386	398
07	08		462	470
08		18	241	259
09		18	359	377
10		50	202	252

Fonte: Organizado pelo autor com base no jornal *O Semeador*, números 09 e 14, respectivamente de 19 de julho e de 23 de agosto de 1919.

Como sugerem esses indícios, as tiragens dos jornais operários tinham uma média de algumas centenas de exemplares. Um dos motivos mais evidentes que explicam essa baixa tiragem é a falta de recursos financeiros e materiais para a impressão de mais unidades, embora, como advertem Heloísa de Farias e Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, “(...) uma tiragem menor não identifica imediatamente uma publicação com fragilidade comercial, podendo ser indício de sua especialização ou de sua atuação num âmbito social mais delimitado e restrito” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). Em outra ocasião, Farias e Cruz aprofundou a reflexão sobre as tiragens dos jornais e sua relação com grupos específicos, argumentando que:

Com relação à imprensa operária, deve-se destacar que, para além de números e tiragens, a simples emergência e organização desse setor de forma rica e diversificada em termos de categorias profissionais e orientações ideológicas, por si só, constitui um fato social da maior relevância para a discussão sobre o processo de transformação da cultura letrada no período. (...) assim como as revistas e folhas domingueiras, a imprensa operária parece ter se disseminado através de círculos mais restritos, ligados aos sindicatos e aos bairros, por meio de uma gama variada de periódicos. (CRUZ, 2013, p. 89)

Mesmo o *A Voz do Trabalhador*, que surgiu da fusão dos grupos animadores dos dois anteriores e contava com o apoio da Federação das Classes Trabalhadoras do Pará (FCT) da qual era porta-voz, tinha uma tiragem relativamente pequena. De seu quarto número, foram encomendadas à tipografia 700 unidades.⁴ Já o balancete do seu número 13 acusou o saldo de 74\$100 da soma da venda de seus exemplares; supondo que um exemplar custasse \$200 réis – e ele não informa seu preço –, então teriam sido vendidos cerca de 370 exemplares. Os números são forçosamente imprecisos, já que desconsideram os exemplares vendidos fiado – prática comum, como pode-se denotar das cobranças esporadicamente publicadas para que os companheiros em atraso saldassem suas dívidas com o tesoureiro do periódico.⁵

O número de exemplares impressos não significa automaticamente o número de trabalhadores alcançados pelos jornais, já que eles poderiam ser apropriados de várias formas. Numa sociedade onde mais da metade da população era analfabeta ou semialfabetizada, a cultura letrada se imbricava com a oralidade dominante nas camadas subalternas e os trabalhadores que soubessem ler poderiam fazê-lo em voz alta, de forma pública ou coletiva, para transmitir a mensagem àqueles que não o sabiam, como representado no romance *Belém do Grão Pará*, de Dalcídio Jurandir, onde a personagem Mãe Ciana mandava que sua filha, Gualdina, lesse para ela os jornais, inclusive o semanário operário *O Semeador* (JURANDIR, 2004, p. 371; 397). Já o *A Voz do Trabalhador* expôs, em maio de 1920, que sua comissão de propaganda estudava entre si a melhor forma de aumentar o alcance do periódico, cogitando – além do estabelecimento de diversos postos de venda por toda a cidade – separar alguns jornais para serem “apregoados na rua”.⁶

Os conteúdos dos jornais operários poderiam ser o tema de conversas nos ambientes de trabalho, nos lares ou nos botequins, sendo discutidos e debatidos na ida ou na volta do trabalho, em momentos de lazer, de descanso ou de sociabilidade. Com efeito, Honório Santos, empregado no comércio, escreveu em mais de um jornal operário, aconselhou seus leitores em um de seus artigos para “(...) que em casa se converse [com a família] sobre o que diz o jornal, de modo a fazer ver o aspecto da questão que nos apaixonou”.⁷

Os periódicos operários nem sempre eram de uso individual ou prontamente descartados após “consumidos”. Poderiam ser emprestados ou passados de mão em mão, como orientava a equipe redacional do *A Revolta*, que esporadicamente publicava em suas páginas o imperativo: “Depois de haveres lido A REVOLTA passa-a às mãos da primeira pessoa que encontres”. Poderiam ainda ser disponibilizados para consulta em estabelecimentos comerciais ou de serviços, como de fato era muito comum, em cafés, barbearias⁸, bares ou em sedes de organizações operárias, como a *União dos Operários*

4 “Conta Corrente”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 5, 29 de maio de 1920, p. 3.

5 “Notas diversas”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 16, 14 de agosto de 1920, p. 4.

6 “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. nº 5, 29 de maio de 1920, p. 4.

7 SANTOS, Honório. “Escutae Operário”. *O Semeador*, Belém. nº 4, 21 de maio de 1919, p. 3.

8 No citado romance de Dalcídio Jurandir, as barbearias foram recorrentemente apontadas como espaços que disponibilizavam jornais e revistas, com o protagonista Alfredo indo mais de uma vez a elas para consultar os periódicos (JURANDIR, 2004, p. 242; 361)

Marceneiros e Artes Correlativas, que garantia em seus estatutos o direito aos sócios de emprestarem livros e jornais de sua biblioteca.⁹

Seus leitores poderiam guardá-los por longos períodos – por vezes anos – para consultas posteriores, como também representado no citado romance de Dalcídio Jurandir, onde a personagem Dona Inácia “(...) arrancou da almofada de renda, abandonada na alcova, o pedaço de jornal que lhe trouxera Isaura, *O Semeador*” (JURANDIR, 2004, p. 287).¹⁰ O enredo desse romance é ambientado por volta de 1922 e o periódico tinha deixado de circular no início de 1920. Partes dos jornais poderiam ser recortados e/ou guardados: em um pequeno artigo proclamando o boicote a uma padaria por seu dono ter demitido um forneiro “pelo simples fato deste ser sócio da União dos manipuladores de pão”, o articulista conclui, exortando os leitores: “rogo aos camaradas que cortem este artigo do jornal e o preguem em um móvel em lugar bem visível dentro de sua casa para que não seja olvidado.”¹¹

No que tange aos conteúdos desses jornais, eram bastante variados: além dos artigos doutrinários, das notícias do movimento sindical e dos editoriais, é possível encontrar, ao folheá-los, outros documentos referentes ao universo organizativo dos trabalhadores, como estatutos e regimentos internos de sindicatos e associações classistas; transcrições integrais de textos de teóricos socialistas, em geral europeus; atas de assembleias e reuniões dos sindicatos; cartas abertas ou particulares de leitores e de militantes de outros estados ou países; transcrições de palestras, falas em comícios, ou de conferências, bem como de boletins, cartazes e panfletos; denúncias de abusos de patrões e capatazes ou de acidentes de trabalho; poesias, contos, crônicas e poemas de trabalhadores que liam e colaboravam com as folhas, enfim, uma gama de registros escritos que não seriam – como muitos outros não o foram – preservados se não tivessem sido veiculados nas páginas dos jornais dos trabalhadores.

Esses jornais proporcionam um farto material para o estudo da classe trabalhadora e de seus movimentos políticos, sociais e de suas práticas culturais. Novamente, o espaço não permite um destrinchamento pormenorizado de seus conteúdos, embora nas seções seguintes esses jornais serão amplamente citados, já que eles deram visibilidade às atividades artísticas e intelectuais das lideranças operárias e dos trabalhadores comuns, demonstrando um pouco da potencialidade desse material para a pesquisa histórica sobre a classe operária.

“LIVROS BONS NOS QUAIS SE PREDIQUEM DOCTRINAS SÃS E PROFÍCUAS”

Segundo o recenseamento geral de 1920, 115.254 dos 236.402 moradores de Belém sabiam ler e escrever (isto é, algo em torno de 48,75% da população total da cidade), ao

9 Estatutos da União dos Marceneiros e Artes Correlativas. *Centro de Memória da Amazônia*, caixa 2-A, estante L2.

10 Em outros momentos do mesmo romance, outros personagens também consultam números antigos dos jornais, como Seu Virgílio, que consultou exemplares de anos anteriores do *Folha do Norte* em busca de uma frase que lembrava ter lido (JURANDIR, 2004, p. 410); o mesmo personagem, que era um migrante do Ceará, tinha o hábito de fazer a “leitura de velhos jornais cearenses” nas sextas de domingo (JURANDIR, 2004, p. 54).

11 CABRAL, A. “O caso da padaria Espanhola”. *O Semeador*, Belém. n° 8, 12 de julho de 1912, p. 3.

passo que 121.148 não tinha domínio da cultura escrita (cerca de 51,25%).¹² Esses números devem ser tomados com precaução: além de possivelmente imprecisos, são quantitativos e não qualitativos – provavelmente, muitos dos considerados alfabetizados poderiam ler com dificuldades e não escrever nada além do seu próprio nome ou algumas poucas palavras. Pode-se supor que o grau de alfabetização era diretamente proporcional ao estrato social, diminuindo conforme se descia na pirâmide socioeconômica.

Apesar dos números relativamente pequenos de alfabetizados, é possível verificar evidências de que o hábito da leitura era amplamente difundido no segmento organizado da classe trabalhadora em Belém. Além dos próprios jornais – e em grande medida por meio deles –, pode-se verificar a circulação de uma ampla gama de livros entre o operariado da capital amazônica. Dessa forma, Aldrin Moura de Figueiredo, analisando a repercussão do assassinato do pedagogo espanhol ligado à educação operária, Francisco Ferrer y Guardía, no estado Pará, explanou que:

Uma vastíssima literatura sobre a vida e a obra de Francisco Ferrer y Guardía (1859-1909) circulou no Pará, em diversas línguas, do catalão ao inglês, destacando tanto sua obra pedagógica e libertária quanto o próprio processo que o levou à prisão e ao fuzilamento sob acusação de mentor intelectual dos movimentos grevistas na Espanha. Vide entre os livros que aparecem citados nos periódicos anarquistas do Pará e nas anotações de época, Léon Lavagne, *Um Crime Social: l'assassinat de Francisco Ferrer*. Paris: M Rivière, 1909; Joseph McCabe, *The martyrdom of Ferrer, being a true account of his life and work*. London, Watts & co., 1909; Leonard D. Abbot (ed), *Francisco Ferrer; his life, work and martyrdom, with messages written especially for this brochure by Ernst Haeckel; Maxim Gorky; Edward Carpenter; Havelock Ellis, Jack London and others*. New York, Francisco Ferrer Association, 1910. Pedro Sangro y Ros de Olano, *La sombra de Ferrer de la semana trágica a la guerra europea*. Madrid: sobrinos de la sucesora de M. Minuesa de los Ríos, 1917; e Alphonse Lugan, *Francisco Ferrer, um précurseur du bolchevisme: as vie et son oeuvre: étude critique*. Paris: procure Generale, 1921. (FIGUEIREDO, 2005, p. 70)

Quando da prisão de Antônio da Costa Carvalho, quitandeiro anarquista, de origem portuguesa, em 1914, devido à sua participação nas greves dos sapateiros, carroceiros e estivadores que sacudiram Belém, entre abril e maio daquele ano, a polícia apreendeu em sua quitanda, além de cartas e jornais de vários estados e países, dezesseis folhetos intitulados *A Anarquia perante os tribunais*, dezesseis ditos *O Evangelho das horas*, doze ditos *Geórgicas do trabalho rural*, um dito *Os bastidores da guerra* e um dito *Sindicalismo e parlamentarismo* (FONTES, 2002, p. 246).

Uma parte desses folhetos foi remetida à Costa Carvalho pela redação do periódico anticlerical *A Lanterna*, publicado em São Paulo: em uma resposta aberta à correspondência de Carvalho, publicada na coluna “bilhetes e recados”, um dos articulistas daquele jornal informou que “foram remetidos 500 exemplares da *Confissão*” – folheto produzido pela própria redação do periódico paulistano –, além de ter sido confirmada

12 Anuário de estatística, 1936, p. 54, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes> (consultado em 28 de outubro de 2022).

o recebimento da encomenda de 500 exemplares do *Evangelho da hora*.¹³ Muitos desses opúsculos podem ter passado das tipografias d' *A Lanterna* às mãos dos operários e às bibliotecas de sindicatos paraenses via intermediadores como Costa Carvalho.

Na ocasião da prisão do jornalista Carlos Amorim, no final de 1919, acusado de distribuir um “boletim subversivo” pela cidade, a polícia apreendeu em sua casa uma mala onde “(...) foi encontrada, além de vários livros sobre o socialismo e algumas peças de roupa, uma bomba de dinamite já inutilizada por Amorim”.¹⁴ Alguns dias depois, um indivíduo sob o pseudônimo de Anthúlio usou das páginas do *Estado do Pará* para realizar uma série de ataques aos anarquistas de Belém; em um deles, se referindo à sede da *União dos Empregados do Comércio do Pará* (UEC), a qual supostamente havia sido associado, escreveu que “(...) ali a polícia encontraria somente livros e folhetos que pregam a anarquia”.¹⁵

Uma questão que se impõe é: quais eram os livros que circulavam entre os militantes sindicais, anarquistas e socialistas paraenses? Um olhar aos jornais operários permite identificar alguns títulos e autores bastante recorrentes. Os redatores do *O Semeador*, por exemplo, indicaram “livros bons nos quais se prediquem doutrinas sãs e proficuas”. Em determinado momento, sugeriram a leitura de *A dor Universal*, de Sebastien Faure; *A conquista do pão* e *Palavras de um revoltado*, de Piotr Kropotkin; *A Nossa Senhora de Paris* e *Os Miseráveis*, de Victor Hugo; e *A caminho da liberdade nova*, de [Christiaan] Cornelissen.¹⁶ Semanas depois, aconselharam a leitura de *A Catedral*, de Blasco Ibañes; *O Sindicalismo e a próxima revolução*, de H. Dúfour; *Origem da Vida*, de Thomaz da Fonseca; e *O Indivíduo e a Sociedade*, de Jean Grave.¹⁷

Os trabalhadores letrados compartilhavam os conteúdos desses livros com aqueles que não eram: em uma palestra proferida na sede da *União dos Choferes*, em 9 de novembro de 1919, cuja temática era a situação e o papel da mulher operária na sociedade de então, transcrita e publicada integralmente em *O Semeador*, o tipógrafo e escritor Bruno de Menezes – o orador da ocasião e sem sombra de dúvida um assíduo leitor – citou, ao longo de sua fala, passagens dos seguintes livros: *A Mulher não pode instruir nem educar*, de M. Trombeta; *A escravidão social da mulher*, de Russomano; *A arte na educação da mulher*, de Antero de Figueiredo; *O Amor Livre*, de Charles Albert; e os romances *A Catedral* e *Os Jesuítas*, de Blasco Ibañes, indicando quais eram as referências teóricas sobre a questão de gênero que circulavam entre os trabalhadores paraenses naquele momento.

Já a equipe redacional de *A Revolta* não apenas indicava como também produzia em suas oficinas e disponibilizava para a venda os seguintes títulos (alguns já mencionados anteriormente): *O Amor Livre*, de Charles Albert; os dois volumes de *O Sindicalismo e a Próxima Revolução*, de H. Dufour; *A dor universal*, de Sebastien Faure; *A Anarquia*, *A Sociedade Futura* e *O Indivíduo e a Sociedade*, todos de Jean Grave; *Psicologia do militar profissional*

13 “Bilhetes e recados”. *A Lanterna*, São Paulo, nº 120, 6 de janeiro de 1913, p. 4.

14 “Contra o anarchismo”. *Estado do Pará*, Belém, 3127, 6 de dezembro de 1919, p. 1.

15 “O anarchismo em Belém”. *Estado do Pará*, Belém, 3134, 13 de dezembro de 1919, p. 2.

16 “Obras de propaganda sociológica”. *O Semeador*, Belém, nº 2, 1º de maio de 1919, p. 4.

17 “Livros”. *O Semeador*, Belém, nº 5, 14 de junho de 1919, p. 4.

e *Socialismo e Anarquismo*, de [Augustin] Hamon; *Palavras de um Revoltado*, *A Conquista do Pão* e *A Anarquia: sua filosofia e ideal*, de Piotr Kropotkin; *O Sindicalismo*, de Leone; *A Escravidão Moderna*, *Ao Clero* e *Aos Operários*, de Léon Tolstói; *Germinal* e *A Derrocada*, de Émile Zola. Todos com preços que variavam de \$500 a 3\$000 réis a unidade, com a maioria custando 1\$500. Os livros eram anunciados na coluna *Leitura Proveitosa*, quase sempre na última página do periódico do grupo *Aurora Libertária*, e as encomendas deveriam ser feitas ao tipógrafo Eduardo Pereira, na redação do jornal.

A maior parte desses livros era de autores socialistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários europeus, sobretudo da Europa Ocidental, alguns bastante conhecidos e recorrentes, como Errico Malatesta, Jean Grave e Piotr Kropotkin. De caráter teórico, filosófico ou “sociológico”, como eram denominados por esses militantes operários. Tinham, portanto, um caráter pedagógico, de formação teórica, ideológica e política. O fato de que muitos militantes do movimento operário paraense eram imigrantes provenientes de Portugal e da Espanha ajuda a explicar a chegada e circulação desses livros em terras amazônicas.

Mesmos os livros de ficção, como os citados de Victor Hugo, Émile Zola, Blasco Ibañes e Léon Tolstói, tinham um claro conteúdo social, tendo como objetivos a reflexão por meio de histórias ficcionais sobre a sociedade e o entabulamento de críticas à desigualdade social, como em *Os Miseráveis* e *Germinal*, ou à Igreja, como em *A Catedral*, sendo usados como propaganda das ideias socialistas e revolucionárias e não apenas como leitura para entretenimento casual – embora também pudessem ter sido apropriados dessa forma por alguns dos seus leitores operários.

Os enredos desses romances, em geral, tinham como protagonistas trabalhadores ou pessoas das camadas subalternas e ajudavam a forjar uma cultura militante entre os seus leitores, pois, conforme anotou Beatriz Sarlo, “(...) a literatura faz parte do mundo de seu público ao mesmo tempo que contribui para conformá-lo” (SARLO, 2005, p. 222). Em outra ocasião, a mesma autora expõe que no século XIX:

O romance (e o folhetim que o acompanha como seu fantasma popular) foi um banco de aprendizagem discursivo e prático de habilidades que seriam exercidas na agitação política, no jornalismo e na fundação das redes associativas que incluíram os primeiros sindicatos, os grupos de socorros mútuos, as bibliotecas públicas e as universidades populares. (SARLO, 2005, p. 112)

Nesse sentido, os livros de ficção poderiam ajudar a forjar o repertório de ações dos militantes paraenses, já que em alguns deles (como em *Germinal* ou em *A Catedral*) eram retratadas ficcionalmente situações de conflito classista, como greves e organização de sindicatos. A efetividade do caráter pedagógico e inspirador dessas obras de ficção pode ser percebida na adoção dos pseudônimos Gabriel Luna, nome do protagonista de *A Catedral*, de Blasco Ibañes, e Górkki, sobrenome do escritor naturalista russo, muito admirado nos meios militantes de todo o mundo, por articulistas que assinaram alguns artigos no jornal *O Semeador*. Nesse sentido, assim como Heloísa de Farias e Cruz propõe

para a Imprensa (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257), talvez a Literatura também deva ser encarada como uma “força social ativa” na história.

Ayres de Azevedo Pimentel, um alfaiate anarquista de origem portuguesa, proporcionou um interessante testemunho sobre a relação dos trabalhadores, sobretudo dos engajados no movimento social, com os livros e a leitura, por meio de uma carta aberta direcionada ao poeta português Guerra Junqueiro e publicada no *Onze de Janeiro*, em 1918. Nela, Azevedo expôs que entrou em contato com a obra de Junqueiro ainda em Portugal, na sua “vila provinciana” – não especificada –, na “escola genuinamente católica” onde estudou, por meio dos livros didáticos e da recitação dos versos de Melro, poesia de autoria de Junqueiro, por um dos seus colegas que lhe causou uma impressão profunda. Em seu período de aprendiz de ofício, acabou furtando de seu mestre os livros *Morte de D. João*, de Junqueiro, e um de sonetos de Bocage, posteriormente adquirindo outros livros do poeta português, como *A Velhice do Padre Eterno*, *Oração à Luz*, *Oração ao Pão*, *O Crime*, dentre outros. Azevedo revelou que se sentia entusiasmado por esses livros, “(...) não só pela franqueza da linguagem, como pela explanação do teu [de Junqueiro] ideal anti-militarista e anti-governamental”.¹⁸

Já que uma parte expressiva dos trabalhadores não tinha recursos para aquisição de livros, os redatores dos periódicos operários belenenses transcreviam em suas folhas trechos e excertos desses textos, como no *Jornal do Povo*, que publicou um texto de Jean Grave, sob o título “a sociedade moribunda e a anarquia”, em seu número 16; um de Errico Malatesta, sob o título “Fins e métodos”, no número seguinte; ou no *A Revolta*, que transcreveu o conto “As lâmpadas” de Máximo Górkki em seu quarto número e “em torno do roubo”, também de Grave, no sétimo. Esses são alguns exemplos de uma prática que era recorrente,¹⁹ comum mesmo em períodos anteriores, como em 1914, quando o periódico de tendência socialista *Jornal Pequeno* já havia publicado, em forma de folhetim, o romance *Os Emancipados*, do anarquista baiano Fábio Luz, aconselhando sua leitura “especialmente às senhoras esposas e filhas de operários” (SALLES, 1992, p. 230). Os jornais tinham as vantagens de serem mais práticos e baratos que os livros, o que facilitava a disponibilização desses textos para os trabalhadores.

BIBLIOTECAS OPERÁRIAS: “ONDE TODOS OS TRABALHADORES, SEM EXCEÇÃO, PODERÃO ADQUIRIR OS CONHECIMENTOS DE QUE TÊM NECESSIDADE SOBRE A QUESTÃO SOCIAL”

A manutenção de bibliotecas coletivas foi outra estratégia empregada pelos militantes para disponibilizar livros de conteúdo social para os trabalhadores que não tinham condições de adquiri-los. O *Centro Humanitário Amor, Ciência e Humanidade* – organização anticlerical fundada em 1912 que mantinha fortes ligações com as sociedades operárias – tinha como objetivo, segundo sua secretária correspondente Lucila Monteiro em uma carta à redação do *A Lanterna*, manter uma biblioteca e uma escola para seus associa-

18 PIMENTEL, Ayres Azevedo. “Carta Aberta”. *Onze de Janeiro*, Belém, num. único, 11 jan. 1918, p. 2-3.

19 Cabe destacar que as coleções que dispomos dos jornais operários são bastante fragmentárias: apenas os oito primeiros do *A Revolta*, que publicou pelo menos quinze, e apenas cinco números do *Jornal do Povo*, que publicou semanalmente de meados de 1918 a meados de 1919. Muito provavelmente, outros tantos textos foram transcritos nos números perdidos ou não encontrados.

dos.²⁰ O diário *Estado do Pará* noticiou algumas atividades desse *Centro*, informando que, em julho daquele ano, “(...) foram ofertados 22 volumes diversos para a biblioteca da sociedade”.²¹

A *Associação dos Empregados no Comércio do Pará*, fundada em 1905, estabeleceu em seus estatutos que parte dos seus recursos seria destinada ao desenvolvimento de uma biblioteca.²² Não foi possível identificar quando essa biblioteca foi inaugurada, mas ela esteve em funcionamento pelo menos até a década de 1920, quando o *Almanak Laemmert* informou que aos domingos e feriados a sede da *Associação*, na rua 7 de setembro, n.º 37, ficava aberta das 7 às 18 horas, “a fim de que seus associados possam fazer uso de sua biblioteca que é de primeira ordem”.²³

O caso da *Associação dos Empregados* não foi isolado, já que era muito recorrente os sindicatos e associações operárias estabelecerem em seus estatutos²⁴ a fundação de uma biblioteca como um dos seus objetivos: o décimo oitavo artigo dos estatutos da *União dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas* garantia aos seus sócios o direito de retirar livros e jornais de sua biblioteca.²⁵ Já o quarto artigo do primeiro capítulo dos estatutos da *Sociedade Phenix Caixeiral Paraense*, fundada em 1917, definia que um dos seus fins era “desenvolver a biblioteca para o uso e gozo dos seus associados”.²⁶ Nos respectivos e quase idênticos sextos artigos dos estatutos da *União dos Operários Sapateiros*²⁷ e da *União dos Manipuladores de Pão*²⁸, fundadas entre abril e maio de 1913, se colocava como uma das finalidades dessas associações “instalar uma biblioteca que possa ser frequentada pelos associados”. O *Centro Internacional dos Motoristas do Pará*, fundado em 1927, estabelecia como um dos seus fins a “criação e organização de uma biblioteca, reunindo nela todos os elementos instrutivos e dados estatísticos que possam ser úteis à todos.”²⁹ A FCT estabeleceu em seus estatutos que, caso a arrecadação de fundos ultrapassasse os cinquenta mil réis, os excedentes seriam aplicados “(...) na aquisição de obras sociológicas para a constituição de uma biblioteca onde as diversas classes operárias possam buscar dados positivos para a sua orientação”.³⁰

Novamente, por meio dos jornais operários, é possível acompanhar fragmentos da rotina de uma dessas bibliotecas sindicais, a da *Federação das Classes da Construção Civil* (FCCC). Dessa forma, em maio de 1920, um articulista d’*A Voz do Trabalhador* noticiou que “(...) passará por completo melhoramento a ‘Biblioteca da Construção Civil’, onde

20 “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo, n.º 169, 14 de dezembro de 1912, p. 4.

21 “Tópicos e notícias”. *Estado do Pará*, Belém, n.º 449, 3 de julho de 1912, p. 2.

22 **Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Pará**. Centro de Memória da Amazônia, caixa 3-A, estante L2, disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>, consultado em 10 de outubro de 2022.

23 *Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial do Distrito Federal e Indicador 1911-1912*. Vol. III. Rio de Janeiro: Typographia do Almanak Laemmert, 1926, p. 741.

24 Cópias digitalizadas de todos os documentos citados neste parágrafo podem ser consultados no site do Centro de Memória da Amazônia: <https://www.cma.ufpa.br/estatutos.html>, consultado em 24 de julho de 2022.

25 Estatutos da União dos Marceneiros e Artes Correlativas. *Centro de Memória da Amazônia*, caixa 2-A, estante L2.

26 *Estatutos da Sociedade Phenix Caixeiral*. Belém: Typographia Gutemberg, 1917, p. 3.

27 “Estatutos da União dos Operários Sapateiros”. *Diário Oficial*, Belém, n.º 6300, 30 abr. 1913, p. 231-232.

28 “Estatutos da União dos Manipuladores de Pão”. *Diário Oficial*, Belém, n.º 6312, 16 de maio de 1913, p. 326-327.

29 Estatutos do Centro Internacional dos Motoristas do Pará. *Centro de Memória da Amazônia*, caixa 3-A, estante L2.

30 “Estatutos da Federação das Classes Trabalhadoras”. *O Semeador*, Belém, n.º 10, 26 de julho de 1919, p. 2.

todos os trabalhadores, sem exceção, poderão adquirir os conhecimentos de que teem necessidade, sobre a questão social”.³¹ Essa biblioteca era bastante concorrida, como indica um apelo de seu bibliotecário publicado no mesmo jornal para que os companheiros que tivessem livros emprestados os devolvessem o mais breve possível, a fim de que se concluísse a catalogação do seu acervo.³² Em outra ocasião, uma das resoluções da assembleia ordinária da FCCC – concorrida por cerca de 120 operários, segundo o articulista que a noticiou – foi a de “retirar mensalmente, para a compra de livros destinados para o engrandecimento da biblioteca, 5% (cinco por cento) do total de receitas”.³³

Lamentavelmente, até o momento, não foram encontrados catálogos dos acervos ou livros de registros dessas bibliotecas. Pode-se sugerir a hipótese de que, além de livros, elas também disponibilizassem periódicos, operários ou não, aos seus associados, dentre eles os que estão sendo extensivamente citados nestas linhas.

TEATRO OPERÁRIO: “PEÇAS QUE ALIAM A BELEZA DO SEU ENREDO À GRANDE PROPAGANDA”

Os livros e jornais poderiam ser consultados em bibliotecas coletivas/sindicais ou circular de mão em mão, mas ainda existia uma quantidade expressiva de trabalhadores que não sabia ler nem escrever. Para atingir esse amplo segmento da classe operária, os militantes se utilizaram de outro recurso bastante significativo para fazer um trabalho de proselitismo e conscientização: a encenação de peças teatrais. Infelizmente, não foram encontrados os roteiros desses espetáculos ou notícias com descrições mais detalhadas sobre eles, mas apenas anúncios, convites e pequenas notas na imprensa operária que informavam suas realizações. Portanto, nas linhas seguintes se buscará fazer um levantamento que não se pretende exaustivo, mas o mais amplo possível, dessas peças encenadas no final da década de 1910 e analisar seus significados e objetivos para as direções classistas.

Na verdade, as peças teatrais faziam parte do repertório de táticas e práticas dos trabalhadores de Belém, desde pelo menos o final do século XIX. Vicente Salles já anotou que:

É bem significativo o espetáculo que em benefício da União Paraense [associação mutualista criada em 1866] foi realizado no Teatro Chalet, largo de Nazaré, em 17.8.1873, com a apresentação da peça “Carlos, o artista”, de Augusto da Silveira, que parece inaugurar o teatro social entre nós, por iniciativa local. Somente em 1879 chega a Belém a companhia do ator Antônio Gomes Rodrigues Sampaio, que trouxe o drama “Gaspar, o serralheiro”, de Batista Machado, peça de fundo social que Rodrigues Sampaio vinha apresentando em todo o Brasil, com imenso sucesso... de crítica patrulheira. (SALLES, 1992, p. 172)

Salles ainda apontou a participação de Artúnio Vieira, tipógrafo e militante operário paraense, na *Sociedade Teatral Luz e União*, por volta de 1897, quando o grupo trouxe à cena a tradução da peça “A greve dos ferreiros”, de autoria do anarquista italiano

31 “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 4, 22 de maio de 1920, p. 4.

32 “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 6, 5 de junho de 1920, p. 4.

33 “Pelos Sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 7, 12 de junho de 1920, p. 4.

Armando Schivazappa, residente em Belém naquele momento (SALLES, 1992, p. 245-246). Na ocasião da fundação desse grupo, em meados de 1894, “passou-se a cena cômica – O escravo; em seguida o drama em 2 actos – Os artistas; e depois a comédia – uma criada impagável”.³⁴ Embora não se tenha tido acesso aos originais dessas peças, seus títulos indicam o mundo do trabalho como suas temáticas centrais e trabalhadores como os protagonistas das tramas (escravo, artistas mecânicos e criada), indicando que poderiam ter um teor classista.

Nos “anos vermelhos” da segunda década do novecentos, a prática do teatro foi mantida pelas organizações operárias de Belém. Dessa forma, *O Semeador* anunciou, em maio de 1919, as peças escritas pelo metalúrgico Arthur Moura, intituladas *O Sino d’Aldeia* e *Visão d’um Sonho*, que seriam representadas no *Teatro Moderno*, no início do mês seguinte. A primeira, em dois atos “ornados de canções populares das pitorescas aldeias do Minho”, contava a história de “uma pobre órfã, recolhida em casa d’um padre, [que] repele com honestidade as propostas do seu protetor, que só ambiciona levá-la ao caminho ignominioso da desonra”; na segunda, em um ato, “a visão d’um sonho vem arrancá-la [a protagonista da peça anterior] do caminho execrável que lhe quer proporcionar o padre corrupto”.³⁵ No número seguinte, o mesmo jornal informou o início do ensaio dessas peças, com o elenco formado “pelos talentosos artistas Azevedo Santos e Maria Leal e [pelos] distintos amadores Antônio Moraes e senhorita Alzira Moura (filha do autor)”³⁶.

O grupo de afinidade anarquista *Os Semeadores*, formado no mesmo ano, organizou diversas peças teatrais, noticiadas pela imprensa operária. Em meados de 1919, alguns membros do grupo participaram do festival organizado pela *União dos Choferes* em benefício de um dos seus associados, Alexandrino Barros, que achava-se adoentado; o evento contou com a representação de *Altivo*, peça da autoria de Ayres de Azevedo Pimentel – referido linhas acima – e da comédia *A Fogueira da Inquisição*, possivelmente de conteúdo anticlerical, a julgar pelo título, além da recitação de uma poesia e de uma palestra, ambas proferidas pelo caixeiro anarquista Fernando Nazaré, e da intervenção da cantora Albertina Pereira, que cantou algumas músicas do seu repertório. Pimentel e Nazaré eram membros dos Semeadores. Na mesma matéria que noticiou o festival dos choferes, é anunciado outro festival organizado por Antônio Leite (trabalhador da construção civil e ativo militante), a ser realizado no *Teatro Moderno*, no dia 13 de julho, que contaria com uma palestra de Fernando Nazaré sobre a educação racional, dentre outras atrações.³⁷

No mês seguinte, foi encenada no *Teatro Moderno* a peça *Gaspar, o serralheiro*, cujo valor das entradas seria revestido em favor da fundação da *Escola Racional Francisco Ferrer*, sendo o elenco composto por “(...) Fernando Nazaré, Cezar Azevedo, Alzira Moura, Aires Azevedo, Benito Rodrigues, Martins Pina, Antônio Figueiredo, Antônio Leite, An-

34 “Luz e União”. *Correio Paraense*, Belém, n° 591, 15 de maio de 1894, p. 1.

35 “Notas Theatraes”. *O Semeador*, Belém, n° 3, 10 maio 1920, p. 4.

36 “Notas Theatraes”. *O Semeador*, Belém, n° 4, 21 maio 1920, p. 4.

37 “Teatro moderno”. *O Semeador*, Belém, n° 8, 12 jul. 1919, p. 3.

tônio Marques, Bento Paulo”³⁸, muitos nomes que constam entre os membros do grupo *Os Semeadores*, das lideranças das greves e das diretorias das organizações classistas.

Destaca-se o nome de Alzira Moura, que segundo Vicente Salles havia sido revelada em 1914 na peça *O Divino Mistério*, do espanhol Mendo Luna, sendo uma “menina pobre, filha de pais portugueses, cujo talento a levaria ao teatro de revista do Rio de Janeiro, onde brilhou com seu marido Benito Rodriguez e sua filha Iza Rodriguez” (SALLES, 1997, p. 23). Talvez seu esposo fosse o mesmo Benito Rodrigues, líder dos choferes e secretário geral da FCT em 1919; Isa Rodrigues fez carreira, tanto no Teatro quanto no nascente Cinema. A trajetória de Alzira Moura guarda semelhanças com a da paulistana Itália Fausta, “(...) um dos raros casos individuais de quem conseguiu sair do anonimato de operária tecelã e atriz amadora de um grupo libertário para o estrelato e imortalidade do teatro profissional e da arte oficial” (HARDMAN, 2002, p. 103).

Gaspar, o serralheiro – uma das peças mais representadas no meio operário brasileiro do período (HARDMAN, 2002, p. 103) – foi encenada em Belém, em setembro do mesmo ano, no *Teatro Moderno*, com o valor das entradas sendo revertido em favor de Joaquim Resende, mais um dos que caíram “vítima do trabalho e do capital”.³⁹

Em fevereiro do ano seguinte, o jornal convidou os trabalhadores para assistirem à peça *O Sorvedouro*, cujo valor das entradas financiaria os representantes paraenses no III Congresso Operário Brasileiro (III COB). Segundo o articulista que a anunciou, essa era “uma dessas peças que alia a beleza do seu enredo a uma grande propaganda antialcoólica, é digna de ser vista por todos que de alguma forma dedicam um pouco de seu esforço em prol da humanidade”.⁴⁰

A tática era compartilhada por outras organizações operárias, como a FCT, que organizou para o dia 4 de julho de 1920 a encenação da peça *Glórias do Trabalho*, cuja soma das entradas seria revertida em benefício da mãe de João Plácido de Albuquerque, que havia falecido no Rio de Janeiro, enquanto representava os trabalhadores paraenses no III COB.⁴¹ Já a FCCC promoveu um grande espetáculo, em 3 de outubro, com o drama *Os Deportados*, a comédia *Sexta-feira... e 13!* e a peça *Cabaret*, anunciado extensivamente pelas páginas do *A Voz do Trabalhador*.⁴²

Esse espetáculo organizado pela FCCC também seria realizado no *Teatro Moderno*, localizado no *Largo de Nazaré*, área nobre de Belém, onde várias outras peças de organizações operárias foram levadas ao palco, sugerindo que esse era o lugar dileto dos militantes operários para a realização dos seus espetáculos. Nesse sentido, o *Teatro Moderno* parece ter sido um local apropriado pela classe trabalhadora da cidade como um espaço de lazer e sociabilidade – assim como o *Cinema Paris* que, segundo José Azevedo, em artigo na imprensa operária, no qual foi lavar seu protesto contra o uso de chapéus pelas senhoras da alta sociedade belenense nas salas dos cinematógrafos, informou que era um

38 “Teatro moderno”. *O Semeador*, Belém, nº 14, 23 ago. 1919, p. 3.

39 “Gaspar, o serralheiro”. *O Semeador*, Belém, nº 17, 13 set. 1919, p. 4.

40 “Teatro moderno”. *O Semeador*, Belém, nº 40, 20 fev. 1920, p. 4.

41 “Notas diversas”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 9, 26 jun. 1920, p. 4.

42 “Teatro moderno”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 21, 25 set. 1920, p. 3.

local “onde se [reunia] a, pela alta, chamada rale ou classe baixa”, como os marinheiros (que educadamente tiravam seus chapéus durante a passagem das fitas).⁴³

Os balancetes das vendas de ingressos de algumas dessas peças fornecem pistas sobre seu público: na encenação de *Gaspar, o serralheiro*, em 24 de agosto de 1919, foram vendidos 15 camarotes e 349 cadeiras, totalizando uma receita de 828\$000.⁴⁴ Já na encenação da peça *O Sorvedouro*, no ano seguinte, foram arrecadados 978\$000, sugerindo uma plateia semelhante – talvez um pouco maior que – a anterior; entre os compradores discriminados desse balancete, constavam vendas entre os empregados dos hotéis e restaurantes, trabalhadores da construção civil, sapateiros, pedreiros, alfaiates, eletricitas, carroceiros, choferes, barbeiros, mecânicos e metalúrgicos⁴⁵, o que é um indicativo do perfil das pessoas que assistiram à peça; certamente, muitos trabalhadores foram acompanhados de suas respectivas esposas e filhos.

É possível perceber no empreendimento desses espetáculos teatrais um duplo objetivo: a propaganda de temáticas caras ao ideário anarquista, como o anticlericalismo e o combate ao alcoolismo, e a arrecadação de fundos pecuniários para campanhas de solidariedade, como para o auxílio a trabalhadores que passavam por dificuldades – vítimas de acidentes de trabalho ou de enfermidades – ou para a fundação da *Escola Racional Francisco Ferrer*, por exemplo. Táticas idênticas eram utilizadas pelos anarquistas de São Paulo e Rio de Janeiro, que promoveram uma intensa vida cultural entre o operariado nesses grandes centros urbanos naquela década, com o objetivo de aliar “alegria estuante e propaganda fecunda”, conforme exposto por Francisco Foot Hardman (HARDMAN, 2002).

O uso desse recurso continuou pela década seguinte. Vicente Salles registrou a encenação da comédia *Mosquitos por cordas*, em meados de 1922, em benefício da *Confederação dos Pescadores do Pará*; da *Récita dos Lacedemônios*, em agosto e setembro do mesmo ano, a preços populares e em benefício da *Sociedade Beneficente Portuguesa*; no ano seguinte, um grupo de operários levou ao suntuoso Teatro da Paz o *vaudeville Depois das Onze*, de autoria de Alberto Martins [que anos antes tinha sido editor do *Jornal do Povo*] (SALLES, 1992, p. 251). O *Centro de Estudos Sociais*, fundado por anarquistas, em 1926, estabelecia como seu objetivo – além da fundação de uma “Biblioteca Sociológica, Filosófica e Libertária” – manter um corpo cênico e uma orquestra.⁴⁶

POESIAS E CANÇÕES OPERÁRIAS: “A ARTE TEM UM FIM, UM SOBERBO IDEAL”

Os trabalhadores que participavam do circuito cultural militante não eram passivos no processo, mas também produtores: nas peças teatrais, eles encenavam como atores amadores e, como nos casos de Ayres de Azevedo Pimentel e Arthur Moura, poderiam ser os autores dos roteiros dos espetáculos, além de colaborarem na montagem dos cená-

43 AZEVEDO, José. “Banalidades”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 20, 18 de setembro de 1920, p.3.

44 “Balancete da Receita e Despeza...”. *O Semeador*, Belém, nº 21, 13 de outubro de 1919, p. 4.

45 “Balanço do espetáculo...”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, nº 18, 28 de agosto de 1920, p. 4.

46 “A Acção Libertária no Pará”. *A Plebe*, São Paulo, nº 248, 26 mar. 1927, p. 4.

rios, na confecção dos figurinos e na venda dos ingressos. Isso pode ser percebido também na produção literária, já que muitos deles se arriscavam a dar publicidade aos seus versos e prosas, às vezes fazendo publicar alguns livretos, como *Despertar*, “livrinho de poesia”, de autoria de Fernando Nazaré, vendido a \$500 réis e cujo produto se reverteu em benefício à *Escola Racional Francisco Ferrer*⁴⁷ ou *Ritornélos*, “pequenino livro de versos inédito” que seu autor, Lluet de Freitas (um dos pseudônimos do tipógrafo e poeta Ernani Vieira), ofereceu à redação do *O Semeador*.⁴⁸ A seguir, será feita uma análise sobre essa produção poética operária, não do ponto de vista da crítica literária – aspectos formais e subjetivos das poesias –, mas sim de seus significados sócio-históricos.

Com efeito, são novamente os jornais de trabalhadores os principais instrumentos para a divulgação dos versos, poesias e poemas dos trabalhadores, enviados à redação, como pode ser percebido na Quadro I, que faz um levantamento – não exaustivo, mas o mais amplo possível – da produção poética publicada nessa imprensa, no final da década de 1910.

Quadro I: levantamento das poesias publicadas na imprensa operária paraense (1918-1920)

Título:	Autor:	Referência:
Infelizes	Mário P. Amador	<i>Onze de Janeiro</i> , Belém, edição única, 11 jan. 1918, p. 4
A Internacional	-	<i>Jornal do Povo</i> , Belém, n.º 16, 17 ago. 1918, p. 1.
Mãe e filha	Mário Amador	<i>Jornal do Povo</i> , Belém, n.º 17, 24 ago. 1918, p. 1.
Parasitas	Guerra Junqueiro	<i>Jornal do Povo</i> , Belém, n.º 19, 7 set. 1918, p. 1.
Música sem título	Martins	<i>Jornal do Povo</i> , Belém, n.º 20, 14 set. 1918, p. 1.
O apuíseiro	Bruno de Menezes	<i>Jornal do Povo</i> , Belém, n.º 22, 21 set. 1918, p. 1.
Arte	Bento Faria	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 1, 26 jul. 1919, p. 1.
O Homem Artista	Bento Faria	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 2, 9 ago. 1919, p. 1.
Fronteiras	Bento Faria	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 3, 23 ago. 1918, p. 1.
O heroísmo	Edmundo d'Oliveira	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 4, 6 set. 1919, p. 1.
A Tirania	Xavier de Paiva	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 5, 20 set. 1919, p. 1.
A um espírito indeciso	Manoel Ribeiro	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 6, 4 out. 1919, p. 1.
Aos jesuítas	Eduardo Bramão	<i>A Revolta</i> , Belém, n.º 7, 13 out. 1919, p. 3.
Os deserdados	Alfredo Cabral	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 5, 14 jun. 1919, p. 3.
O que eu odeio	Andrade Cadete	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 6, 28 jun. 1919, p. 3.
Guerra	Jonas da Silva	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 8, 12 jun. 1919, p. 1.
Hino Comunista	Andrade Cadete	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 8, 12 jun. 1919, p. 3.
O Povo	Angeluce	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 9, 19 jul. 1919, p. 3.
Soneto	Antônio F. Gomes	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 10, 26 jul. 1919, p.2.
Misérias	Mario Amador	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 11, 2 ago. 1919, p. 1.
Vida efêmera	Mario Amador	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 12, 9 ago. 1919, p. 1.
Ao operário	Eduardo Vieira	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 12, 9 ago. 1919, p. 1.
A Arte	Fernando Nazaré	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 13, 16 ago. 1919, p. 1.
A Glória da Seara	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 13, 16 ago. 1919, p. 2.
As irmãs de caridade	Mario Amador	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 14, 23 ago. 1919, p. 1.
O Protesto da força	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 15, 30 ago. 1919, p. 1.

47 “Despertar”. *O Semeador*, Belém, n.º 9, 19 jul. 1919, p. 3.

48 “Ritornélos”. *O Semeador*, Belém, n.º 10, 26 jul. 1919, p. 4.

Avante	Ernesto Vera	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 16, 6 set. 1919, p. 1.
Avante	Fernando Nazaré	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 16, 6 set. 1919, p. 3.
Os açambarcadores	Mário Amador	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 33, 3 jan. 1920, p. 1.
O suor da plebe	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 40, 20 fev. 1920, p. 1.
A Fome	Mário Amador	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 41, 28 fev. 1920, p. 1.
Anarquia	Severino Souza	<i>O Semeador</i> , Belém, n.º 44, 20 mar. 1920, p. 1.
O Trabalho	Laluet de Freitas (Ernani Vieira)	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 1, 1º maio 1920, p. 1.
Abandonada	Mário Amador	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 1, 1º maio 1920, p. 2.
Primeiro de maio	Bruno de Menezes	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 1, 1º maio. 1920, p. 3.
O revoltado em frente das três potências do mundo: o padre, o juiz, o militar.	Manoel Ribeiro	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 4, 22 maio. 1920, p. 1.
O Soldado	Ernesto Cunha Lamas	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 6, 5 jun. 1920, p. 2.
Concitando...	H. Santos	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 9, 26 jun. 1920, p. 1.
Na Sociedade	Cícero José de Souza	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 17, 21 ago. 1920, p. 1.
Canção Rebel	--	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 19, 12 set. 1920, p. 2.
Pátria Nossa	Mário Amador	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 20, 18 set. 1920, p. 1.
Internacionalizemo-nos	Laluet de Freitas	<i>A Voz do Trabalhador</i> , Belém, n.º 20, 18 set. 1920, p. 3.

Fonte: organizado pelo autor com base nos jornais operários consultados.

Esses versos poderiam ser reproduções de autores estrangeiros – como dos portugueses Guerra Junqueiro, Manoel Ribeiro e Bento Faria – ou produções originais de leitores e colaboradores dos jornais. Conforme Caroline Poletto, a linguagem poética tinha algumas vantagens para os militantes que atuavam nas redações dos jornais operários, entre elas a sua capacidade mnemônica e seu poder de condensação, este último um “(...) elemento bastante apreciado numa imprensa que reclamava por carências de espaço e, por vezes, necessitava minimizar a extensão dos escritos” (POLLETO, 2017, p. 175).

Em alguns casos, essa produção literária parece ter tido um certo destaque na composição dos periódicos, como no *A Revolta*, que publicou poesias em sete dos seus oito primeiros números, sendo que, nos seis primeiros, elas foram estampadas na primeira página e em locais bastante visíveis (no canto superior, no centro ou à esquerda). Os cinco números consultados do *Jornal do Povo*⁴⁹ também trouxeram versos em suas primeiras páginas, se forem contados o hino *A Internacional*, transcrito integralmente no número 16, e a música escrita por Alberto Martins aos trabalhadores de Val de Cães, então em greve, no vigésimo número.

Isso não era, aliás, uma característica exclusiva dos jornais operários, já que os grandes jornais comerciais e diários que circularam naquele contexto também eram instrumentalizados para dar vazão aos pendores literários de seus redatores e colaboradores, em sua grande maioria oriundos dos segmentos médios urbanos e das elites políticas e econômicas paraenses, embora vez ou outra abrissem espaço para indivíduos oriundos das classes subalternas e populares.

49 Números 16, 17, 19, 20 e 22, publicados entre agosto e setembro de 1918.

No que tange aos seus conteúdos, essas poesias faziam referência aos valores e aos projetos políticos defendidos pelos militantes anarquistas, sindicalistas e socialistas: o antimilitarismo, o pacifismo, o internacionalismo, o anticlericalismo, o racionalismo, a denúncia das misérias, a descrição das condições de vida dos trabalhadores, a glorificação do trabalho manual e o estímulo à organização sindical.

Isso não chega a surpreender, já que, como notaram diversos autores, dentre eles Caroline Poletto e Eduardo Gramani Hipólide, os militantes do movimento operário – sobretudo os anarquistas – defendiam uma *Arte Social*, engajada, como forma de denúncia dos males do capitalismo e de propaganda dos ideais de emancipação humana (POLLETO, 2017, p. 174-178; HIPÓLIDE, 2012, p. 100-107). Nos versos do poeta português Bento Faria, transcritos nas páginas de um periódico operário belenense, fica bastante nítida essa visão de engajamento da Arte:

A Arte tem um fim, um soberbo ideal,
E para o interpretar é preciso ter
Um peito onde se abrigue um gênio colossal⁵⁰

E dos próprios artistas:

Ergueu-se o homem e alongando a vista,
O horizonte encontrou tudo enublado,
Cujo negrume a alma lhe contrista
Pôs-se a pensar quanto era desgraçado...
Mas a pensar o homem fez-se artista
Pra libertar o mundo escravizado.⁵¹

Alguns desses versos foram reproduzidos por décadas, como um trecho de *Trabalho*, do engenheiro e poeta paraense Ignácio Baptista de Moura: “É das mãos calosas do operário/ Que a estátua do progresso há de surgir/ Este século é o grande itinerário/ De um século de luz que ainda há de vir!”. A estrofe de Inácio Moura epigrafou o jornal *Tribuna Operária*, porta-voz do *Partido Operário do Pará*, de orientação socialista, publicado entre 1892 e 1893; o periódico *O Trabalho*, do *Partido dos Artistas e Operários do Pará*, de caráter moderado e reformista, publicado entre 1901 e 1907, trazia em seu cabeçalho uma variante desta poesia (SALLES, 1992, p. 177; 207; 219). O *Jornal do Povo*, “semanário independente”, de orientação anarquista, publicado entre 1918 e 1919, também trazia esses versos em seu canto superior direito. A reprodução dessa estrofe em jornais operários de orientações políticas e ideológicas bem diversas, e ao longo de quase trinta anos, indica que ela era muito popular e bastante conhecida entre os trabalhadores belenenses, talvez podendo ser considerada como uma tradição deles.

Além de publicadas em jornais, essas poesias poderiam ser recitadas em assembleias dos sindicatos, *meetings*, passeatas ou em reuniões sociais. No romance *Belém do Grão Pará*, há algumas cenas em que poesias e poetas são citados. Em uma “conversa comprida” de uma família de trabalhadores, “um poeta, cabelo branqueado, recitou a

50 FARIA, Bento. “Arte”. *A Revolta*, Belém, n° 1, 26 jul. 1919, p. 1.

51 FARIA, Bento. “O Homem artista”. *A Revolta*, Belém, n° 2, 9 ago. 1919, p. 1.

respeito da pobreza e da riqueza”; em outro momento, Seu Lício, personagem do romance, encadernador e anarquista, aconselhou o jovem protagonista Alfredo: “aprenda de cor as poesias sociais, meu filho, e lasque nos salões” (JURANDIR, 2004, p. 241; 379).

Os núcleos militantes também se utilizavam de canções. *A Internacional*, hino do movimento operário internacional, era frequentemente entoado em manifestações coletivas dos trabalhadores paraenses, como passeatas, *meetings* e celebrações do 1º de maio (DE OLIVEIRA, 2019, p. 82; FONTES, 2002, p. 256-257), além de ser transcrito nos jornais operários, como na edição especial *Onze de Janeiro* e no número 16 do *Jornal do Povo*. Na ocasião da greve dos trabalhadores das oficinas de reparação naval da *Port of Pará* de Val-de-Cães, em 1918, Alberto Martins – diretor do *Jornal do Povo* – fez uma canção dedicada aos grevistas “para ser cantada com a música da 2ª companhia do 47 [batalhão] de caçadores quando comandada pelo capitão Beltrão em 1916”.⁵² Anos depois, *A Voz do Trabalhador* publicou uma “canção rebel”, sem indicação de autoria, cuja letra era “para ser cantada com a música de SOLO MIO”.⁵³ Essas duas últimas indicam a apropriação, pelos produtores culturais operários, de ritmos que provavelmente eram conhecidos por parte dos trabalhadores, para passar a mensagem de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CULTURA OPERÁRIA E CULTURA POPULAR

Francisco Foot Hardman lembra que “os ‘fatos culturais’ da classe operária não existem em si, aparecendo, indiretamente, mediados pelo *movimento operário* (de que são parte integrante e constitutiva)” (HARDMAN, 2002, p. 41). As considerações de Hardman lembram as de Pierre Bourdieu, para quem:

(...) não se passa da classe-no-papel à classe ‘real’ a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe ‘real’, se é que ela alguma vez existiu ‘realmente’, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social, ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado. (BOURDIEU, 1997, p. 26)

Nesse sentido, a “cultura operária” tratada neste artigo não é a cultura da “classe operária em si”, isto é: da soma ou da totalidade dos trabalhadores manuais urbanos de Belém, mas sim da “classe para si”, para usar a categoria do marxismo mais ortodoxo (hoje bastante criticada), ou da “classe realizada”, para empregar o termo de Bourdieu citado acima, ou seja, dos segmentos da classe que se organizaram naquele momento e que se expressaram por meio dessas manifestações políticas e culturais.

O que significa dizer que nem todos os trabalhadores urbanos belenenses participavam desse circuito cultural: de fato, poderia haver os militantes muito engajados e as lideranças operárias, leitores vorazes dos romances sociais e participantes frequentes dos eventos culturais organizados pelos grupos militantes; aqueles que participavam de for-

52 “A Greve de Val-de-cães”. *Jornal do Povo*, Belém. n.º 20, 14 set. 1918, p. 1.

53 “Canção Rebel”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 19, 12 set. 1920, p. 2.

ma esporádica e intermitente, comprando os jornais e indo assistir a uma peça ou participar de festa do sindicato eventualmente; e muitos trabalhadores que passavam ao largo dessas atividades culturais militantes, participando das atividades da “cultura popular” mais ampla, como festas religiosas dos santos católicos, jogos e brincadeiras populares, embora mesmo essas também pudessem ter um sentido de classe.

Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi já haviam chamado a atenção para o fato de que:

(...) a classe operária brasileira em seu período inicial de formação não permaneceu limitada apenas às iniciativas culturais dos núcleos dirigentes anarquistas e social-democratas. A massa trabalhadora das cidades esteve ligada a várias manifestações artísticas e culturais: jogos de rua, festas folclóricas, gêneros musicais, etc. (HARDMAN, LEONARDI, 1982, p. 327)

Essa cultura popular mais ampla mantinha relações ambíguas com a cultura operária militante. Essa dicotomia é expressa literariamente, de forma muito interessante, no já citado romance de Dalcídio Jurandir, por meio das personagens Mãe Ciana e Seu Lício. A primeira era uma vendedora de cheiros devota de Nossa Senhora de Nazaré e o segundo, um encadernador, anarquista e livre-pensador. Em alguns momentos, a narrativa se centra no ponto de vista de Mãe Ciana, que estranhava algumas das ações de Seu Lício, que se enfiava “pelos botequins, *falando aquelas ideias dele*, bancas de sapateiros, barbearias, a subir no escuro as escadas dos sobrados da Cidade Velha. Uma vez, não foi? Subiu o Castelo, *dizendo que ia dar salvas a não se sabia o quê na Europa.*” (JURANDIR, 2004, p. 474-475, grifos nossos). O anticlericalismo e o livre pensamento das peças e poesias dos militantes anarquistas poderiam assustar e gerar incompreensão e rejeição entre muitos membros das classes subalternas adeptos do catolicismo – mesmo em sua forma popular, diferente do dogma oficial. A vendedora de cheiros não compreendia Seu Lício, que “recitava uns versos contra Padre Eterno, tão alto, que Mãe Ciana, espiando para os quintais vizinhos, se benzia, falava: ‘Mas, assim, não, Seu Lício, te desconheço! Depois me aparece aí com a tua campainha caída. E vai dizer que não é castigo’” (JURANDIR, 2004, p. 478).

Outro exemplo bastante ilustrativo dessa tensão entre as práticas culturais propostas pelos núcleos militantes e as de grande parte dos trabalhadores pode ser encontrado no artigo do chofer Antônio Cezar de Azevedo, publicado na imprensa operária e direcionado aos demais membros de sua categoria, quando escreveu que “(...) é preciso trocarmos a taberna pela associação, o copo pelo livro”.⁵⁴ Nesse caso, pode-se ver um agente da cultura militante criticando a frequência dos trabalhadores em bares e botequins, uma forma de sociabilidade que fazia parte do modo de vida mais amplo de uma parte significativa das classes subalternas – bastante popular, inclusive, como pode-se depreender dos cons-

54 DE AZEVEDO, Antônio Cezar. “Aos chauffeurs”. *O Semeador*, Belém, nº 2, 1º de maio de 1919, p.3.

tantes e repetidos apelos contra o alcoolismo na imprensa operária⁵⁵ –, pelas atividades intelectuais letradas das associações classistas.

David Ottoni, marceneiro e colaborador constante da imprensa operária belenense, em apelo publicado no *Jornal do Povo*, para que os trabalhadores concorressem à subscrição desse periódico, escreveu que:

Bem sei que a mísera parcela que vencemos por dia, chega-nos somente para enganarmos o corpo, mas desta mísera parcela retiramos as vezes, uma fraçãozinha que destinamos ao cinema, ao baile, à festa, enfim, para o que bem entendermos. Logo, companheiros, assim como retiramos esta fraçãozinha, para estas coisas, destinemo-la à esta outra coisa melhor, mais útil, mais necessária ao nosso desenvolvimento e dispensemos por uma, duas ou três vezes, estas outras coisas que jugais indispensáveis, sendo, entretanto, as mais dispensáveis. Quereis saber companheiros quais são as indispensáveis? É procurardes, em vez do cinema, a escola que vos instruirá o espírito, em vez do baile a associação para terdes a indispensável educação social e em vez das festas lembrar-vos dos deveres que tendes já com a associação, e já com o que diz respeito a vida.⁵⁶

O texto de Ottoni remete para uma dimensão que não pode ser olvidada: a econômica, material, ainda mais em um momento de crise como aquele pelo qual Belém passava em fins da década de 1910 e que afetava sobretudo os trabalhadores com o desemprego e a carestia. As atividades artísticas e culturais dos segmentos organizados da classe operária tinham de competir pela preferência dos trabalhadores, também em termos financeiros e pecuniários, com as formas de sociabilidade e manifestações culturais da “cultura popular” mais ampla, como os bailes, as festas e o cinema, sendo algumas vezes preteridas por estas últimas.

Conforme já apontou Raymond Williams, a cultura é algo comum. Nesse sentido, as diversas culturas – cultura operária militante, cultura popular não militante, cultura erudita da elite e assim por diante – não são ilhas isoladas ou mônadas leibnizianas, sem contatos umas com as outras, mas mantinham relações, por vezes, de complementaridade e, por vezes, de conflito. Um exemplo dessas interlocuções é o fato de que os militantes operários mimetizavam práticas culturais das elites econômicas e dos segmentos médios letrados: a publicação de poesias nos jornais, a organização de peças teatrais etc.

Foot Hardman, a partir de uma leitura de Raymond Williams, argumentou que “(...) a presença da classe operária se definiria (...) a nível de uma contribuição mais difusa, porém real, na constituição do próprio processo cultural abrangente da totalidade social”, sugerindo buscar as “marcas e sinais deixados pela existência coletiva dos grupos subalternos a nível dos processos culturais abrangentes de uma formação social” (HARDMAN, 1983, p. 112). O autor fez isso ao identificar a presença da classe operária em formação, e de sua direção militante, como “um aspecto essencial e determinante de

55 Conferir, dentre outros: AMARAL, João. “A degenerescência pelo álcool: efeitos psicológicos”. *Jornal do Povo*, Belém. n° 20, 14 de setembro de 1918, p. 2. “O alcoolismo e a família”. *O Semeador*, Belém, n° 14, 23 de agosto de 1919, p. 3. BAPTISTA, Antônio. “O alcoolismo e o jogo: a ruína de amanhã”. *A Voz do Trabalhador*, Belém, n° 5, 29 de maio de 1920, p. 2-3.

56 OTTONI, David. “Companheiros!”. *Jornal do Povo*, Belém, n° 17, 24 de agosto de 1918, p. 1.

todas as tensões, contradições e mudanças vividas pela produção literária ‘pré-moderna’” (HARDMAN, 2002, p. 117-118).

Algo semelhante pode ter acontecido em Belém do Pará, onde os tipógrafos e militantes anarquistas Bruno de Menezes, Ernani Vieira e Jacques Flores fizeram parte de grupos como os *Vândalos do Apocalipse* e *Academia do Peixe Frito*, que renovariam a literatura paraense e amazônica na década de 1920, sendo os representantes do movimento modernista na região Norte do país, ao lado de filhos das elites e dos segmentos médios urbanos (FIGUEIREDO, 2001). Nesse caso, alguns membros da vanguarda política operária dos “anos vermelhos”, participantes do circuito cultural parcialmente exposto nas linhas acima, fizeram parte da vanguarda estética e literária modernista na década seguinte. Um outro exemplo de “marcas e sinais” deixados pelos subalternos a nível dos “processos culturais abrangentes” foi o caso, já mencionado, do alçamento de Alzira Moura dos grupos de teatro sociais belenenses para os palcos do teatro da “alta cultura”. A lista de exemplos pode aumentar com a imersão nas fontes.

Seja como for, as atividades culturais empreendidas pelos grupos militantes foram dialeticamente derivadas e produtoras da identidade de classe, já que os livros de ficção, romances, poesias e peças teatrais difundidas pelos grupos operários faziam referência às condições de vida e de labuta dos trabalhadores – muitas das quais eram análogas às que o operariado belenense vivenciava, permitindo a identificação, a ligação empática – ao mesmo tempo em que difundiam certos valores de solidariedade e protesto social, bem como divulgavam um repertório de ações que poderiam ser empregadas nos combates de classe. Se este artigo tiver contribuído para evidenciar uma parcela dessa cultura operária de Belém, ou pelo menos chamar a atenção para a temática e gerar novas perguntas e questionamentos, terá cumprido seu objetivo.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Razões e práticas**. Campinas: Papirus, 1997.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, n. 2, 2007.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Rubra Poesia: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. **Asas da palavra**, v. 10, n. 1, p. 69-77, 2005.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

- HIPÓLIDE, Eduardo Gramani. **O teatro anarquista como prática social do movimento libertário (São Paulo e Rio de Janeiro – de 1901 a 1922)**. Dissertação (Mestrado), São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão Pará**. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa Rui Barborsa, 2004.
- OLIVEIRA, Adriano Craveiro de. **As Lutas Operárias em Belém da Primeira República: As Greves de 1917 a 1919**. Monografia (Graduação) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Graduação em História, Belém, 2013.
- POLETTO, Caroline. **A imaginação subversiva ao redor do mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936)**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.
- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Desvarios anarquistas na “Rússia rio-grandense”**: as grandes greves na Primeira República (1917-1919). Manaus: EDUA, 2016.
- SALLES, Vicente. **Época dos folguedos natalinos. Asas da palavra**, v. 4, n. 2, 1997.
- SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e militantes excluídos: capítulos da história do Pará**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário do Grão-Pará**. Belém: edições CEJUP, 1992.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: TA Queiroz, 1980.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.